



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

16 DE OUTUBRO DE 1978.

IMPROVISO NO AUDITÓRIO DO
QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO,
POR OCASIÃO DO II ENCONTRO NA-
CIONAL DA AGRICULTURA.

«Minhas Senhoras, meus Senhores:

Agradeço as palavras do Exmo. Sr. Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, bem como a acolhida calorosa que me fazem nesta Sessão Solene em que se instala o II Encontro Nacional da Agricultura

O Encontro é, sem dúvida, de grande valor, pois permitirá reunir agricultores, pecuaristas, homens de Governo, técnicos dos diferentes setores de atividades, para, em conjunto, fazerem a análise dos problemas que afetam a agricultura e a pecuária, e, a partir dessa análise, chegarem a conclusões que permitam formular decisões não só ao alcance do setor privado, mas que também possam ser postas em prática pelo Poder Público.

Rejubilo-me, pois, por este evento, por este Encontro que hoje aqui se instala, e lhe auguro os melhores resultados

A orientação do Governo, com relação à agricultura e à pecuária, foi claramente definida por mim e pelos órgãos governamentais em várias oportunidades, sem descontinuidade.

A primeira manifestação que fiz a este respeito foi logo no início do meu Governo, quando, em março de 1974, realizou a Primeira Reunião Ministerial.

A seguir, tive oportunidade de novamente referir-me com mais minúcia ao problema em outubro de 1974, na cidade de Curitiba, quando se dava início ao PROAGRO. Naquela oportunidade, reafirmei o grande empenho do Governo de que desenvolvêssemos a agricultura. E usei uma expressão, que tínhamos de produzir mais e melhor e que a dimensão do Brasil era a da sua agricultura.

Voltei a tratar, publicamente, destes temas no I Encontro Nacional Agropecuário, que se realizou em novembro de 1975 também aqui em Brasília.

Em essência, o problema da agricultura e da pecuária é o atendimento de necessidades. Essas necessidades se referem, em primeiro lugar, ao abastecimento interno da população brasileira; em segundo lugar, à produção de excedentes que possam ser exportados e, assim, gerar divisas e recursos para atender a outras necessidades essenciais do País.

Dentro destes dois problemas, a prioridade cabe ao abastecimento interno.

Sempre foi política dos Governos da Revolução, inclusive o meu, colocar, em primeiro plano, o abastecimento de nossa população. Ao contrário do que muitos dizem, não estamos voltados apenas para o exterior. Preocupa-nos fundamentalmente o atendimento do mercado interno. Ele é o prioritário, e a ele é que se subordina, em primeira instância, toda nossa política.

É lógico que, se pudermos — e podemos, sem dúvida — produzir ainda muito mais excedentes para

exportação, devemos fazê-lo, porque só assim é que, num intercâmbio internacional, podemos também assegurar as demais necessidades que o País tem, principalmente no que se refere a produtos energéticos — carvão e petróleo.

Mas toda essa questão está subordinada à conjuntura internacional. Sofre as flutuações, as contingências que o quadro internacional nos impõe. Por isso mesmo a agricultura e a pecuária, além de estarem sujeitas às condições de clima, às variações meteorológicas, são sempre favoráveis, suportam também os influxos das variações — nem sempre esperadas —, ora excessivamente altas, outras vezes demasiadamente baixas, que se verificam nos mercados internacionais.

Mas, de qualquer forma, crescemos. Nosso Território é imenso, e a nossa população se eleva a taxas ainda muito altas, da ordem de 2.7% ao ano, o que faz com que tenhamos necessidade cada vez mais de produtos agrícolas, para atender a esses dois aspectos a que acabo de me referir. E isto só podemos conseguir através da expansão da área, do aumento da área utilizada para a produção agrícola, através da produtividade, aumentando o rendimento da nossa agricultura e da nossa pecuária. E ainda mais, através da diversificação.

O Governo, por si, não faz agricultura, não faz pecuária. São atividades da empresa privada. Mas o Governo é um órgão normativo, é um órgão fiscalizador, é um órgão impulsionador, é quem tem instru-

mentos para orientar no sentido conveniente, com a intensidade necessária, os meios de que dispõe para que o País possa ter a agropecuária de que necessita. E aí enfrentamos inúmeros problemas que abrangem todo o ciclo, desde a produção, a comercialização e o consumo de produtos da agricultura.

Esses problemas têm sido enfrentados pelo Governo coerentemente e de forma abrangente. Não se deu predominância a um sobre os outros. Procurou-se avaliá-los adequadamente e dedicou-se a cada um o esforço que se julgou ser necessário.

Preocupou-nos muito a infra-estrutura. E aí surgiu, em primeiro lugar, a abertura de novas áreas para a expansão da agricultura, a reabilitação de áreas antigas. Quando fomos desenvolver os cerrados, fomos ao POLOCENTRO, procuramos melhorar a agricultura no Nordeste, através do POLONORDESTE, bem como da Amazônia. Mas também fomos preocupar-nos — e muito — com o problema da regularização fundiária.

É lamentável que num País como o Brasil, que tem quase 500 anos de existência, haja Estados, antigos, dos que foram povoados mais cedo na nossa História, e que até hoje não têm títulos, como se verifica na Bahia e em outras Unidades do nosso País. O problema não é apenas da Amazônia. É de extensas áreas que estão povoadas há séculos, onde até hoje há problemas de terra e há tensões sociais.

Preocupamo-nos com o armazenamento, em aumentar a nossa capacidade de armazenamento e de

silagem. De um lado, para evitar o perecimento de produtos; de outro, para evitar uma comercialização prematura, prejudicial ao produtor.

Desenvolvemos a produção de corretivos — e aí está o Programa de Calcários, de adubos e defensivos. Conseguimos encontrar imensas jazidas de fosfato, que estão em vias de se desenvolver. Aumentamos a produção de nitrogenados. Demos, finalmente, um impulso para a produção de potássio em Sergipe, e temos a esperança de, possivelmente em 1981, sermos um País auto-suficiente nesses elementos essenciais a uma agricultura racional em que se busca a autoprodutividade.

Preocupamo-nos em estabelecer, onde possível, sistemas de irrigação, sobretudo nas áreas do Nordeste, sujeitas a secas periódicas, prejudiciais à produção agrícola. Fizemos um esforço grande para desenvolver as vias de escoamento nas estradas de ferro, nas rodovias e nos portos.

Os corredores de exportação, instalados no Governo do Presidente Médici, tiveram as suas obras continuadas sob o meu Governo.

Os principais portos de exportação estão cada dia melhor aparelhados, para permitir o escoamento dos produtos exportáveis ou daqueles que são usados, através da cabotagem, com menor ônus, menor custo e melhores condições.

Em matéria de abastecimento, demos prosseguimento ao Programa das Centrais de Abastecimento,

que hoje existem praticamente em todas as grandes Capitais.

Criamos os Mercados do Produtor. Desenvolvemos industrialização, através do beneficiamento e da transformação dos produtos agrícolas, dando-lhes um valor e fortalecendo, em larga escala, o cooperativismo, e consideramos uma das formas melhores para uma equitativa organização dos produtores.

Desenvolvemos a eletrificação rural, um meio de arrescer o bem-estar e as possibilidades econômicas daqueles que vivem na zona rural, e diminuir, desta forma, a pressão sobre as áreas urbanas.

Ainda neste quadro de infra-estrutura, procuramos dar ênfase aos problemas da defesa sanitária, não só na preservação dos rebanhos, mas também na defesa, na fiscalização da qualidade dos alimentos que eram produzidos pela agricultura e pela pecuária.

Tendo em vista, também, o aumento de produtividade, meu Governo deu especial relevo aos aspectos tecnológicos. Desenvolveu-se a pesquisa, a produção de sementes, o melhoramento das raças, dando vida e organização eficiente à EMBRAPA, que hoje está estabelecida em todo o território nacional, e aí coordena suas atividades, com órgãos de pesquisas dos Governos estaduais e outras entidades, inclusive as de natureza privada.

Deu nova forma, melhor organização e melhor entrosamento com os Estados, aos problemas de assistência técnica, através da EMBRATER. E, finalmente, incrementamos e chegamos praticamente à

auto-suficiência, na produção de máquinas agrícolas, instrumental de extraordinário valor, poderoso, que não precisamos mais trazer do estrangeiro.

Outro problema de valor inestimável é o do crédito e, aí, também, a presença do Governo foi permanente. Desde o início, os órgãos de crédito do Governo e os bancos particulares empenharam-se em apoiar a agricultura com crédito — e com crédito fortemente subsidiado — possivelmente não no vulto que se poderia desejar, nem no vulto que corresponde às dimensões de um País como o Brasil, mas em uma proporção muito grande e bem maior do que a que vinha sendo dada em anos anteriores.

Adotou-se, também, uma política relacionada com os preços, tendo-se em vista evitar os prejuízos decorrentes das oscilações. De certa forma, compensaram-se os preços, quando eram muito baixos, através de subsídios e estabeleceram-se confiscos, quando os preços se tornavam demasiadamente altos e ameaçavam prejudicar o consumo. Sei que a forma de confisco é sempre mal recebida mas, em sã consciência, quem fizer um exame desapassionado há de ver que o confisco é a contrapartida do subsídio e que há circunstâncias em que ele se impõe e se justifica.

Adotamos, também, a formação de estoques reguladores, justamente para evitar essas oscilações bruscas do mercado e que o produtor tivesse que vender prematuramente a sua produção, ou que, excedentes de produção, em uma determinada época, viessem a se transformar em deficiências ou faltas, em outras.

Realizou-se, no primeiro passo, o problema do seguro com a criação do PROAGRO, cobrindo parcialmente os prejuízos que o produtor agrícola pode ter em função das intempéries. E ainda dedicou-se especial atenção ao problema do pessoal, seja na formação de técnicos altamente especializados, em vários graus, seja na formação profissional do trabalhador rural, seja, ainda, no sistema de assistência e de previdência que o Governo proporciona ao trabalhador rural, sistema que foi implantado apenas recentemente, no Governo do Presidente Médici, vale dizer, muito depois da época em que o trabalhador urbano teve essas vantagens.

Todos esses problemas fazem parte de um conjunto e, torno a repetir, esse conjunto mereceu do Governo cuidadosa atenção e metuculoso acompanhamento, tendo em vista um adequado equilíbrio nas diferentes partes de que se compõe essa complexa questão, que é a agricultura e a pecuária.

Permito-me, com relação ao que acabo de dizer, citar apenas alguns dados extraídos de todo o conjunto de elementos de que o Governo dispõe em suas estatísticas:

— relativamente à regularização fundiária — trabalho a cargo do INCRA.

No que se refere à discriminação de terras, que passaram legalmente ao domínio da União, até 1973 haviam sido arrecadados 4 milhões de hectares; pois bem: de 1974 a junho de 1978, foram arrecadados mais 35 milhões ou, seja, quase 9 vezes mais. Assim,

o total de hectares que estão, hoje em dia, sendo distribuídos, postos em licitação, vendidos a empresas ou, grande parte, conservados como reserva.

No que se refere à titulação, até 1973, o INCRA havia expedido 22.232 títulos. De 1974 a junho de 1978, foram expedidos 160.889 títulos. Assim, 160 mil proprietários de terras, durante o meu Governo, passaram a ser realmente proprietários de terras, dispondo, em cartório, dos títulos correspondentes. Dessa forma, o Governo procurou, não só obter o melhor rendimento dessas terras, de vez que, cultivadas por seus próprios donos, rendem mais, mas, também, esforçou-se para eliminar tensões sociais.

Quanto a armazéns e silos, de 1975 a 1978, crescemos na seguinte proporção:

— particulares: 22%

— cooperativas: 74.7%

-- de caráter oficial: 26.6%, em um global, de 1975 a 1978, de 33.4%.

A área cultivada — excluindo aí, evidentemente, a destinada à pecuária e ao reflorestamento e abrangendo apenas os principais produtos — no ano agrícola de 1973 a 1974, ela era de 39.4 milhões de hectares, pouco menos de 40 milhões de hectares; na safra de 1976 a 1977, ela atingiu a 45.1 milhões de hectares. Teve, pois, em três anos, um crescimento de 14,4%.

A EMBRAPA, que no início de meu Governo estava se instalando, dispõe hoje, distribuídos pelo

País, de 15 Centros de Pesquisas e, neles, trabalham 1.200 técnicos, em sua maioria aperfeiçoados, com cursos de pós-graduação e mestrado no estrangeiro.

A EMBRATER, que dispunha de 4.000 técnicos, tem hoje 10.300, incluídos os dos Estados.

Os preços mínimos, em 1973, atendiam a 17 produtos ou, seja, 17 produtos eram beneficiados por preços mínimos estabelecidos pelo Governo. Em 1978, o número de produtos que têm preço mínimo eleva-se a 43.

O crédito rural, em março de 1974, era de 35 bilhões de cruzeiros; em dezembro de 1977, era de 230 bilhões de cruzeiros e, em dezembro deste ano, deverá ultrapassar a cifra de 300 bilhões.

Esses números, em si, não têm uma significação perfeita, porque são cruzeiros correntes de diferentes épocas, mas permitem, em uma atualização, chegar à seguinte conclusão: que, entre 1973 e 1977, o crédito rural cresceu em valor real, 75%; cresceu, pois, numa média de 15.1% ao ano. Fala-se muito que não há crédito rural. De fato, o crédito é insuficiente para tudo aquilo que queiramos ou sonhamos fazer, mas foi um dos setores em que mais cresceu o crédito proporcionado pelo Governo, seja através de estabelecimentos oficiais, seja através da rede bancária particular

Nesse período de 1973 a 1977, torno a repetir, o crédito rural cresceu, em média, 15.1% ao ano.

Outro dado que desejo oferecer, pela sua importância na nossa vida, sobretudo na infância, é o que

se refere à produção de leite. Em 1974, o Brasil teve que importar 54 mil toneladas de leite em pó. Pois bem! A produção leiteira, o rebanho, esse conjunto todo, através de uma política de preços e de outras medidas, foi organizado adequadamente neste País e, em 1978, felizmente, somos auto-suficientes.

Desejo, agora, depois desse rápido retrospecto — perdoem-me a minúcia com que talvez esteja abordando o problema — referir-me a alguns tópicos que foram abordados aqui, no discurso do Exmo. Presidente da Confederação.

Ele fez uma referência, ao que consta, de uma publicação nossa, sobre os 14 anos da Revolução, na qual se diz que a indústria, entre 1973 e 1977, cresceu de 231%; que os serviços cresceram de 198%; que a agricultura cresceu de 93% e que, conseqüentemente nessa relatividade, a agricultura empobreceu.

Acho que esses números merecem uma análise crítica. Nós não podemos, apenas com o valor desses números, chegar a essa conclusão de que a agricultura empobreceu.

Em primeiro lugar, convém observar que, enquanto a agricultura crescia 93%, a nossa população, nesse período, cresceu 48%. Assim, a agricultura cresceu praticamente o dobro do que a população, o que vale dizer que essa população pôde se alimentar melhor e que possivelmente houve produtos suscetíveis de serem exportados.

Mas a verdade é que nenhuma economia de porte conseguiu expandir sua agricultura tão rapida-

mente como o fez o Brasil nestes últimos 15 anos. Esse fato de que a indústria e os serviços cresceram mais do que a agricultura não é uma distorção, mas um perfil normal de crescimento econômico.

Quando a renda *per capita* aumenta, por exemplo, de 100%, as pessoas não duplicam o seu consumo de alimentos, inclusive porque sua capacidade de absorver alimentos é limitada, mas o seu apetite por produtos e bens que a técnica moderna proporciona é uma tendência que nos vem preocupar.

Por outro lado, é preciso ver que nesse crescimento industrial e de serviços está embutido, em grande parte, um crescimento que se relaciona com a agricultura e com a pecuária porque consiste na industrialização e na comercialização de bens produzidos por essa pecuária.

Outro aspecto é o que se refere à situação própria da nossa pecuária. Essa pecuária é sujeita, no Brasil, a crises cíclicas, periódicas. . . Lembro-me em toda a minha vida que sempre tivemos problemas no abastecimento de carne, nos preços da carne.

Quando assumi o Governo, o mercado internacional, em função da crise econômica que havia se verificado, o mercado de carne estava em verdadeira crise. Meu Governo, desde logo, procurou socorrer a pecuária, garantindo a compra de toda a carne que fosse produzida e promovendo a sua estocagem. Não houve produtor que tivesse dificuldade em vender o seu boi gordo. É claro que os preços na época não correspondiam àqueles que a pecuária desejava e é

possível que ela tenha sofrido uma descapitalização. Mas tenho dados e preços de arroba de boi em pé, que são os seguintes:

| | | |
|---------------------|---------------|------------|
| março/junho de 1973 | — Cr\$ 64,00 | por arroba |
| março/junho de 1974 | — Cr\$ 108,00 | por arroba |
| março/junho de 1978 | — Cr\$ 290,00 | por arroba |
| julho de 1978 | — Cr\$ 350,00 | por arroba |
| agosto de 1978 | — Cr\$ 390,00 | por arroba |

e, agora, em outubro, Cr\$ 480,00 a Cr\$ 500,00.

Espero que, com esses preços, que são bastante elevados e que refletem o que ocorre no quadro internacional, a pecuária tenha uma melhor remuneração.

Mas o Governo não lhe faltou nas horas de dificuldade, em que não havia mercado e, embora tenhamos problemas com o abastecimento interno, continuamos a exportar e, talvez em um balanço entre o que exportamos e o que importamos em matéria de carne, nós tenhamos saldo, porque a carne que exportamos é industrializada e, portanto, de preço acessível.

Mas aí também o Governo se preocupa com a melhoria de rebanhos e insiste em um dos pontos mais importantes do problema e que, no meu modo de ver, até hoje não teve a necessária atenção dos pecuaristas, talvez pelos investimentos necessários e pelos hábitos arraigados existentes. Nós só poderemos de fato ter uma pecuária em condições, no dia em que olharmos mais detidamente, mais seriamente, o problema de pastagens.

Enquanto não tivermos pastagens adequadas, não tivermos reservas de feno para as épocas de seca e de geada, a nossa pecuária sempre será sujeita a crises cíclicas.

Creio que já está na hora de encerrar esta minha exposição, que talvez já seja mais longa do que desejava; mas como conclusão, como resultado final, creio que nesses anos progredimos bastante. E, apesar de contratempos de seca, de enchentes, sobretudo a última seca do Sul, ou a geada que liquidou com nossos cafezais, apesar de tudo isso e inclusive com os números que foram apresentados pelo Sr. Presidente da Confederação, nós evoluímos e crescemos. Crescemos em quantidade e em qualidade, como eu lhes pedi, em uma reunião em Curitiba, em 1974.

Pudemos atender ao nosso abastecimento. Nossa população cresce; cresce em quantidade e em qualidade, o consumo *per capita* aumenta: consome-se cada dia mais carne; consome-se cada dia maior quantidade de produtos hortigranjeiros e, apesar disso, o abastecimento, de uma maneira geral, tem-se processado com normalidade.

Acabaram-se as antigas filas de arroz, de feijão, de açúcar, de carne, de leite. . . Esporadicamente, há perturbações — reconheço — e agora mesmo, estamos atravessando uma dificuldade no abastecimento de carne, mas creio que já estão longe da memória da maior parte da nossa população os anos angustiosos em que era preciso até entrar na fila do leite.

Houve uma época em que se verificou — se não me engano, nos anos de 1962 e 1963 — era o Exér-

cito que tinha que distribuir arroz à população. Tudo isso acabou. De um lado, porque o País entrou em ordem, mas acabou porque a agricultura passou a produzir, e produzir bem.

Em um segundo aspecto, no que se refere à exportação, continuam a agricultura e a pecuária, sob a forma primária ou de produtos beneficiados, a liderar as nossas exportações. Temos progredido muito na exportação de manufaturados, mas vejamos, no último dado que vou citar, até julho do corrente ano, que a exportação de produtos de agricultura e pecuária — seus principais produtos, no total, atingiu a 3.9 bilhões de dólares, ou seja, 56.9% do total das exportações.

Até esse período, mais da metade das exportações brasileiras era constituída de produtos originários da agricultura e da pecuária. Isso tudo nos faz encarar o panorama, em meio das dificuldades menores que temos, com bastante otimismo. E esse otimismo se renova, se redobra, quando vejo a realização deste Encontro, em que esses problemas todos possivelmente — torno a dizer — venham a ser examinados e para eles se encontrará, certamente, a melhor solução."